

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KESYA JANYELLE RODRIGUES CRUZ

ENTRE O ABRIGO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: Uma perspectiva
psicanalítica sobre os processos de acolhimento institucional de adolescentes

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

KESYA JANYELLE RODRIGUES CRUZ

ENTRE O ABRIGO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: Uma perspectiva psicanalítica sobre os processos de acolhimento institucional de adolescentes

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Francinete Leite Júnior

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

KESYA JANYELLE RODRIGUES CRUZ

ENTRE O ABRIGO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: Uma perspectiva psicanalítica sobre os processos de acolhimento institucional de adolescentes

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 24/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Francisco Francinete Leite Júnior - Unileão

Membro: Profª. Me. Maria Aparecida Trindade Pereira - Unileão

Membro: Esp. Valéria Gonçalves de Lucena - Unileão

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

ENTRE O ABRIGO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: Uma perspectiva psicanalítica sobre os processos de acolhimento institucional de adolescentes

Kesya Janyelle Rodrigues Cruz¹
Francisco Francinete Leite Júnior²

RESUMO

Este estudo visa compreender como os processos de acolhimento institucional afetam a construção identitária de adolescentes que tiveram o poder familiar suspenso ou destituído. Realizado por meio de uma revisão de literatura narrativa com características exploratórias e análise de conteúdo. Investigou-se como a família originária influencia na construção da identidade na adolescência, segundo a psicanálise. Descreveram-se embasamentos científicos sobre os impactos no desenvolvimento de adolescentes em acolhimento institucional. Correlacionou-se a teoria psicanalítica aos processos de suspensão e destituição do poder familiar, examinando como a separação da família originária influencia a formação da identidade dos adolescentes. Os resultados evidenciam a complexidade dos processos de luto, apego e separação, destacando a importância das figuras de apego. A pesquisa também explorou a construção histórica e social da família, o papel do Estado na educação e as implicações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os achados indicam que a interrupção dos vínculos familiares pode gerar sentimentos de desamparo e trauma, afetando o desenvolvimento psíquico dos adolescentes. A análise psicanalítica ressalta a necessidade de tratar esses impactos emocionais. Contudo, uma estrutura de acolhimento institucional de qualidade pode atuar como fator mitigador, proporcionando suporte emocional. Este estudo contribui para o avanço do conhecimento na intersecção entre Psicologia Social, Psicologia Jurídica e Psicanálise, oferecendo *insights* para melhorias nos serviços de acolhimento e conscientização sobre as necessidades dos adolescentes em situação de acolhimento.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional. Psicanálise e Adolescência. Construção da Identidade. Psicologia. Psicanálise.

ABSTRACT

This study aims to understand how institutional care processes affect the identity construction of adolescents who have had their family power suspended or terminated. Conducted through a narrative literature review with exploratory characteristics and content analysis, it investigated how the original family influences identity construction in adolescence according to psychoanalysis. Scientific foundations on the impacts of institutional care on adolescent development were described. The psychoanalytic theory was correlated with the processes of suspension and termination of family power, examining how the separation from the original family influences the formation of adolescents' identities. The results highlight the complexity of the processes of mourning, attachment, and separation, emphasizing the importance of attachment figures. The research also explored the historical and social construction of the family, the role of the State in education, and the implications of the Child and Adolescent Statute (ECA). The findings indicate that the interruption of family ties can generate feelings of helplessness and trauma, affecting adolescents' psychological development. Psychoanalytic analysis underscores the need to address these emotional impacts. However, a quality institutional care structure can act as a mitigating factor, providing emotional support. This

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: janyellerodrigues10@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

study contributes to the advancement of knowledge at the intersection of Social Psychology, Legal Psychology, and Psychoanalysis, offering insights for improvements in care services and raising awareness of the needs of adolescents in care situations.

Keywords: Institutional Care. Psychoanalysis and Adolescence. Identity Construction. Psychology. Psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é um período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado por mudanças físicas, emocionais e sociais, além do desenvolvimento da identidade e da autonomia. Os pais e familiares desempenham um papel crucial na construção da identidade do adolescente, fornecendo modelos de comportamento, valores e apoio emocional na formação de um senso de identidade coerente e estável (Papalia; Martorell, 2021). O suporte e a atenção dos pais e familiares são fundamentais para o desenvolvimento do adolescente, no enfrentamento dos desafios dessa fase, oferecendo suporte emocional e um ambiente que favoreça a exploração de diferentes identidades e papéis sociais (Erikson, 1976). Alberti (2010), aborda que nesta fase de transição o adolescente enfrenta desafios internos e externos para se diferenciar do Outro e se constituir como sujeito.

Lacan (1963), afirma que “Eu sou o Outro”, indicando que a identidade se forma a partir do relacionamento com os outros. O ambiente, por sua vez, pode facilitar ou inibir esse desenvolvimento, contribuindo para a construção ou destruição dos processos subjetivos (Zimmerman, 2009). Lerner (2006), ressalta a importância de uma rede de apoio estável para que o adolescente construa sua subjetividade. Ayub (2011) observa que, segundo as teorias psicanalíticas, a construção da identidade do adolescente é influenciada pelo contexto social.

Neste sentido, demandas muito traumáticas podem impedir a atribuição de significado aos conflitos, dificultando um processo saudável de subjetivação. Essas interferências, relacionadas ao conceito de trauma, impedem o indivíduo de alcançar um senso de identidade definido, o “Eu sou” (Lerner, 2006). A dinâmica familiar instável e a falta de suporte parental podem levar a efeitos destrutivos quando há exposição a traumas não processados, a menos que esses traumas sejam simbolizados e ressignificados (Hornstein, 2008).

Johnson (1997) diferencia a família como instituição social e organização: como instituição, ela produz, protege, socializa, apoia emocionalmente e regula comportamentos; como organização, pode falhar em cumprir esses deveres, especialmente em contextos de violência estrutural. Nesses casos, o Estado intervém, trazendo as Unidades de Acolhimento Institucional para restabelecer direitos de crianças e assistente adolescentes vítimas de abandono, violência ou orfandade. A cartilha do CNAS e CONANDA (2009) enfatiza a importância de fortalecer vínculos deste público-alvo, para que estes tenham um desenvolvimento saudável e a formação da identidade.

É neste vértice que a temática passa a ser ponto de discussão, visto que com o aprofundamento das pesquisas, têm-se indagações. Assim, o presente estudo busca responder ao seguinte questionamento: Como os processos de acolhimento institucional afetam na construção da identidade de adolescentes que tiveram o poder familiar suspenso ou destituído, segundo a literatura científica de base psicanalítica?

O interesse na realização desta pesquisa, partiu-se do arcabouço teórico e prático da pesquisadora, num campo de estágio curricular, onde se teve a oportunidade de trabalhar com a produção de documentos para fins judiciais diante de casos de adoção, suspensão e destituição do poder. Assim, tem-se o intuito de compreender como esses adolescentes lidam com questões relacionadas à sua identidade diante deste contexto desafiador, visando a oportunidade de contribuir para o apoio e desenvolvimento dos adolescentes.

A pesquisa justifica-se também pelo viés social, visto que aborda uma questão socialmente relevante, pois adolescentes em situação de acolhimento institucional podem enfrentar desafios significativos no desenvolvimento de sua identidade e na transição para a vida adulta. Compreender os processos de acolhimento institucional e seu impacto na identidade, contribui para a melhoria dos serviços oferecidos e promove uma maior conscientização na sociedade em relação às necessidades desses adolescentes.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa justifica-se para o avanço do conhecimento na área da Psicologia, especificamente ao que tange a teoria psicanalítica, objetivando a compreensão dos processos de formação da identidade em contextos de acolhimento institucional. Além disso, a pesquisa integra diferentes áreas da Psicologia, como a Psicologia Social, Psicologia Jurídica e Psicanálise, demonstrando uma abordagem interdisciplinar que enriquece o campo acadêmico e promove uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados por adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Diante do que foi mencionado, o objetivo da pesquisa foi compreender como os processos de acolhimento institucional podem afetar na construção identitária de adolescentes, embasando-se na literatura científica sob o olhar da perspectiva psicanalítica. Para isto, foram investigados como a família originária pode influenciar na construção da identidade na adolescência de acordo com a psicanálise; descritos embasamentos da literatura científica que abordam os impactos no desenvolvimento de adolescentes em situação de acolhimento institucional; correlacionados às teorias psicanalíticas com os processos de suspensão e destituição do poder familiar vivenciado por adolescentes.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada consiste em uma revisão de literatura narrativa com características exploratórias, combinada com uma análise de conteúdo dos dados. Conforme postulam Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa possui uma abordagem interpretativa do mundo, assim, seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, buscando compreender os fenômenos por meio dos significados que as pessoas a eles conferem. Corroborando com esta linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) apontam que a ênfase da pesquisa qualitativa é fundamentada na importância dos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por estes.

Para embasar teoricamente o estudo, foram utilizados livros, obras clássicas, ebooks e artigos científicos. Esses materiais foram obtidos por meio de pesquisas nas bases de dados digitais do Google Acadêmico, Scielo e em repositórios institucionais. Além disso, os materiais encontrados foram incluídos a partir dos seguintes idiomas: inglês, espanhol, português, francês e alemão, excluindo-se outros idiomas.

Os descritores utilizados na pesquisa foram “adolescência”, “construção da identidade”, “psicanálise”, “acolhimento institucional”, “destituição do poder familiar”. Além disso, foram realizadas combinações entre os descritores, como para ampliar o acesso a materiais direcionados à temática, com as seguintes variações: “adolescência e psicanálise”, “o processo de construção da identidade na psicanálise”, “acolhimento institucional de adolescentes”, “destituição do poder familiar na adolescência”, “vivência institucional em unidades de acolhimento para crianças e adolescentes”, serviram como termos de busca para identificar os materiais relevantes para a revisão de literatura.

3 A PSICANÁLISE E A FORMAÇÃO DO SUJEITO ADOLESCENTE

Segundo Miller (2015), a adolescência pode ser definida de várias formas, incluindo aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos, sociológicos e estético-artísticos. Nenhuma dessas perspectivas se destaca sobre as outras, nem é adequado dividir a adolescência em partes distintas. Para o autor, é essencial entender a adolescência como uma construção cultural. Consoante aos estudos da Psicologia e da Psicanálise, há uma característica em comum na adolescência: a ênfase na crise atribuída. Erikson (1976), afirma que uma base afetiva e segura na infância contribui para decisões sobre o futuro e a autocompreensão diante de conflitos internos. A infância vivida de forma saudável é primordial para que, na

adolescência, o indivíduo saiba lidar com problemas e desenvolver virtudes que auxiliem no enfrentamento das crises existenciais e dos conflitos interiores desse período.

Segundo Aberastury e Knobel (1981), ao abordar a problemática da adolescência, nos estudos com a Psicanálise de crianças e adolescentes, a autora considera este um momento crucial, pois, além das mudanças corporais, há significativas mudanças psicológicas, resultando em novas relações do adolescente com os pais e o mundo. A fase envolve três tipos de luto: pelo corpo de criança, pela identidade infantil e pela relação com os pais da infância. O luto pelo corpo infantil, refere-se às mudanças físicas significativas à medida que os corpos dos adolescentes se transformam. Assim, a adolescência demarca a perda do corpo infantil e a aceitação do novo corpo adulto, com as suas novas funções e características sexuais. Este luto envolve aceitar a maturidade física e as implicações emocionais e sociais.

Ainda segundo Aberastury e Knobel (1981), o luto pela identidade e pelo papel infantil ocorre porque, além das mudanças físicas, os adolescentes também enfrentam a perda de sua identidade e papel como crianças. Neste sentido, deixam para trás a dependência e a segurança da infância e começam a desenvolver uma nova identidade mais autônoma. Este luto implica a necessidade de se redefinir e encontrar um novo papel na sociedade e nas suas relações interpessoais. No luto pelos pais da infância, a percepção dos pais muda drasticamente. Os adolescentes precisam lidar com a idealização dos pais da infância e aceitar suas limitações e falhas como indivíduos. Este luto envolve redefinir a relação com os pais, passando de uma dependência infantil para uma relação mais equilibrada e madura. A autora considera que esses lutos são essenciais para o desenvolvimento saudável do adolescente, permitindo-lhe construir uma identidade adulta sólida e autônoma.

Alberti (2010), conclui um parâmetro importante para o estabelecimento do final da infância, o qual é a definitiva incorporação do Outro da infância, marcada pela idealização dos pais. Mas, à medida que a criança cresce, “[...] percebe aos poucos suas falhas, de forma que o terreno vai se preparando para o processo de separação, que geralmente ocorre na adolescência” (Alberti, 2010, p.13). Ademais, Checchinato (2007, p. 116) afirma que “O outro (pai, mãe ou que tal) e o Outro (a linguagem, o nome, o discurso que tange à criança) condicionam-lhe a subjetividade, já mesmo antes de sua concepção”.

Diana Corso e Mário Corso (2016) destacam que a formação da personalidade é profundamente influenciada pelos vínculos afetivos estabelecidos durante o crescimento. O afeto recebido do Outro serve como modelo para imitarmos e internalizarmos características, integrando-as à identidade. Assim, somos constituídos por expectativas, desejos, pensamentos e projeções do Outro. Bowlby (1984a) acrescenta que o cuidador, geralmente a mãe,

estabelece vínculos afetivos que atendem às necessidades básicas, afetivas e psicológicas da criança, levando-a a desenvolver um apego à figura materna, seja ela biológica ou adotiva.

Winnicott (1956) discute o papel da mãe na estruturação psíquica através dos objetos transicionais, que são objetos usados pelas crianças para se confortarem na ausência dos pais. Estes objetos ajudam as crianças a lidar com a separação e a transitar entre a dependência absoluta dos pais e a independência relativa, na infância e sua influência nas dinâmicas emocionais e na formação da personalidade. Birman (1999) enfatiza a conexão com o cuidador que exerce a função materna, realizada por meio da linguagem. A linguagem é incompleta e não pode simbolizar totalmente a realidade, o sujeito enfrenta repetidamente desamparo e dependência, gerando angústia. Na psicanálise, o desamparo é fundamental e estrutural, Freud e Lacan destacam que o ser humano nasce prematuro, dependendo do cuidado de outro para sobreviver, experimenta a impotência, a vulnerabilidade e a total dependência desde o início (Birman, 1999).

Segundo Laplanche e Pontalis (2001), Lacan, desenvolveu um conceito denominado de: estágio do espelho, que descreve um momento crucial no desenvolvimento infantil, onde a criança, ao se reconhecer no espelho, inicia a formação de seu eu (ego) através da identificação com a imagem refletida. Este processo, que geralmente ocorre entre os seis e dezoito meses, é fundamental para a construção da identidade, pois a criança começa a se perceber como uma unidade distinta, ainda que essa percepção seja baseada em uma imagem externa e idealizada. Esse estágio é essencial na teoria psicanalítica porque estabelece a base para a estruturação do eu e a relação do sujeito com o mundo externo.

Zimerman (2009), discute a concepção do Eu Ideal e Eu Real. O primeiro, refere-se à imagem que o indivíduo tem de si mesmo, composta por aspirações, desejos e padrões de perfeição que ele gostaria de alcançar. É uma construção interna que serve como uma meta a ser atingida, frequentemente influenciada por figuras significativas e pelas expectativas sociais. O segundo, seria a percepção mais autêntica que o indivíduo tem de si mesmo, com suas capacidades, limitações, sentimentos e experiências reais. Ele representa a realidade subjetiva do indivíduo, distinta das idealizações e expectativas impostas pelo Eu Ideal.

De acordo com Lacan (1964/1985), uma terceira figura na dinâmica familiar é essencial para o desenvolvimento saudável da identidade da criança/adolescente. Esta figura, ao qual denominou de “Nome-do-Pai”, não precisa ser necessariamente o pai biológico ou um homem, mas sim alguém que rompa a ligação simbiótica entre mãe e filho, introduzindo elementos de ordem e estrutura na relação. Lacan destaca ainda, a importância de uma interação equilibrada entre mãe e filho, facilitada pela presença desta figura simbólica, que

pode ser qualquer pessoa que exerça esse papel. Isso mostra que, independente da configuração familiar, o essencial é a existência de um mediador que contribua para a construção da identidade da criança/adolescente em um ambiente saudável.

Bowlby (1984b), afirma que a figura de apego é uma proteção essencial para a criança, e a separação/perda dela são fatores que geram sentimentos de medo e angústia na criança. O autor observou que, após uma ausência prolongada da mãe, a criança manifestava aflição, reações agressivas, distanciamento, desconfiança e desamparo. Nesta perspectiva, uma criança negligenciada pelos pais tende a sentir-se indesejada. Em contrapartida, uma criança amada pelos pais desenvolve confiança em ser digna de afeto por todos. Desta forma, as ocorrências deste período da vida deixam marcas profundas na estruturação da pessoa, isto coloca o desenvolvimento psicosssexual no centro da vida psíquica (Bock, 2001).

Para discutir a formação do adolescente, é importante considerar a teoria de Freud sobre o desenvolvimento psicosssexual, que descreve fases essenciais para a constituição do sujeito. Na fase oral (até 18 meses), a boca é a zona erógena, associada ao “prazer oral” da sucção. Na fase anal (segundo ano de vida), o ânus é a zona erógena, e a criança desenvolve noções de autonomia e controle ao lidar com processos corporais (Nasio, 1999). Freud (1905/2016) afirma que a forma como os cuidadores atendem às necessidades nas fases oral e anal pode influenciar a confiança e autonomia da criança ao longo da vida.

Na fase fálica, a criança começa a formar sua identidade de gênero e a sentir atração pelo genitor do sexo oposto, conhecido como Complexo de Édipo, transferindo parte de seu narcisismo³ inicial para essa figura parental (Freud, 1905/2016). Esta fase envolve a relação da criança com seus órgãos genitais, identificação deles como objeto de desejo, medo da castração, e sentimentos de raiva, posse, competição e inveja em relação aos pais. Os cuidadores, atuam como figuras de autoridade e modelos de identificação, e a maneira como lidam com as curiosidades sexuais e emoções da criança pode impactar a formação da identidade de gênero e a compreensão das relações interpessoais (Freud, 1914/2010).

Segundo Laplanche e Pontalis (2001), o complexo de Édipo desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade, pois ele é a orientação do desejo, quer sejam amorosos, ou hostis, que a criança sente em relação aos pais. Segundo Freud (1905/2016), o auge do complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica, o seu declínio marca a entrada na fase de latência. A fase de latência é caracterizada por uma

³ Freud (1914/2010) ampliou sua compreensão ao apresentar a teoria do narcisismo, destacando a importância da autoestima e do amor próprio. Ele argumentou que o narcisismo é uma característica presente em todos os indivíduos e é crucial na formação da identidade e nas interações sociais.

diminuição das atividades sexuais, isto é, há um “intervalo” na evolução da sexualidade, que se prolonga até a puberdade, o foco é a socialização e o desenvolvimento de habilidades. Conforme aponta Bock (2001), o complexo de Édipo é então atualizado, na puberdade, e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha de objeto.⁴

Na fase genital, as energias libidinais são direcionadas para fora, em busca de relacionamentos maduros e íntimos. É a fase final do desenvolvimento psicosexual, e ocorre a partir da puberdade, se estendendo até a vida adulta. (Freud, 1905/2016). A fase genital destaca-se também, pois durante ela que o indivíduo deverá superar os conflitos das fases anteriores (oral, anal, fálica e latência) para alcançar uma sexualidade adulta e saudável. Essas fases do desenvolvimento psicosexual contribuem para a construção da autoimagem e da identidade, elementos centrais na teoria do narcisismo de Freud. A relação entre a criança e os cuidadores nos estágios iniciais é fundamental, pois os cuidados, a atenção e o afeto moldam a percepção que a criança tem de si mesma e do mundo (Freud, 1914/2010).

A partir dos estudos de Freud, sobre o desenvolvimento psicosexual infantil, descobriu-se que a maioria de pensamentos e desejos reprimidos referiam-se a conflitos de ordem psicosexual, e são originados desde os primeiros anos de vida. Neste sentido, as experiências de caráter traumático vivenciadas ainda na infância, que foram reprimidas, se configuraram como origem de sintomas atuais. Segundo Freud (1916/2016), nenhuma situação é intrinsecamente traumática, uma vez que os eventos são variados e afetam as pessoas de maneiras distintas. O trauma é delineado como um excesso de excitação, onde o sujeito não possui recursos psíquicos para enfrentar, remontando ao desamparo. As situações traumáticas só podem ser reconhecidas como tal, em momentos subsequentes.

Dessa forma, o que Freud normalmente formula como o movimento de separação dos pais se inicia antes do período de latência, ou seja, é anterior à puberdade, implicando a incorporação deles (Alberti, 2010). Essa incorporação se dá por meio de uma identificação com eles, que, internalizados, passam a integrar o superego, herdeiro do complexo de Édipo. Pedrossian (2008), aborda que a identificação é fundamental para os vínculos e relações com os outros, constituindo-se como o processo de reconhecimento da relação com o objeto.

⁴ Segundo Laplanche e Pontalis (2001, p. 321), a noção de objeto é encarada em psicanálise sob três aspectos principais: A) Enquanto correlativo da pulsão, ele é aquilo em que e por que esta procura atingir a sua meta, isto é, um certo tipo de satisfação. Pode tratar-se de uma pessoa ou de um objeto parcial, de um objeto real ou de um objeto fantasioso. B) Enquanto correlativo do amor (ou do ódio) [...].

Segundo Alberti (2010), enquanto o sujeito busca distanciar-se da idealização dos pais durante a infância, ele precisa começar a elaborar suas escolhas e a falta no Outro. Esse é um processo mais complexo, que exige do sujeito a construção de relações que permitam a estruturação das experiências com o Outro e a incorporação deste Outro, possibilitando o confronto com o desamparo fundamental que constitui o sujeito.

Portanto, a adolescência é o momento que implica uma separação necessária dos pais, tal como entendida pela teoria da separação-indivuação; tampouco redundante na procura da construção de uma identidade. Assim, a crise de adolescência é marcada, sobretudo, pela problemática identificatória (Mannoni, 1996). Neste sentido, Alberti (2010), apresenta a necessidade da relação dos pais com o adolescente para sustentar a ocorrência da adolescência. Isso porque, a dificuldade da adolescência dependeria então da ferocidade do superego, o qual, quanto mais terrível é, mais aumenta as dificuldades do sujeito, seus conflitos, sobretudo no que diz respeito ao campo de sua sexualidade e do desejo.

a busca incessante de saber qual a identidade adulta que se vai constituir é angustiante, e as forças necessárias para superar esses microlutos e os lutos ainda maiores da vida diária obtêm-se das primeiras figuras introjetadas, que formam a base do ego e do superego desse mundo interno do ser (Aberastury; Knobel, 1981, p. 35).

Embora a adolescência não seja um conceito claramente definido nas obras de Freud e Lacan, ela pode ser vista como uma reedição do estágio do espelho, um reencontro com o sexual traumático e um processo de separação no jogo de alienação-separação com o Outro, como a tarefa de se desligar da autoridade parental. Esse período envolve fazer escolhas importantes em relação à sexualidade após a latência, elaborar o luto pelo corpo infantil perdido, o que causa turbulências no narcisismo, e reatualizar a imagem do novo corpo diante do espelho. É um momento de reconhecer a falta no Outro, percebendo que ele não é absoluto, permitindo ao adolescente fazer escolhas singulares e se posicionar como sujeito desejante, e não apenas como objeto para o Outro (Alberti, 2010).

Erikson (1976) introduz a moratória social - um período que a sociedade oferece ao adolescente tempo para assimilar e integrar as responsabilidades adultas à sua identidade do ego. Isto, permite ao adolescente se preparar para papéis adultos, desenvolvendo autonomia, apesar de ainda necessitar do amor e proteção da família. Neste período, pode haver a confusão de papéis sociais ao testar seus potenciais e limites em novos relacionamentos. O que contribui na concepção coerente do *self*, baseada em valores e crenças estabelecidas. O desenvolvimento cognitivo resulta numa compreensão saudável do *self*, fundamentada em estágios anteriores como confiança, autonomia, iniciativa e produtividade, essenciais para enfrentar os desafios da idade adulta. A crise de identidade se resolve quando o adolescente lida internamente com questões relacionadas à adoção de valores e sexualidade satisfatória.

Conforme Miller (2016), há três aspectos essenciais ao tratar da adolescência. Primeiro, a transição da infância, que, como Freud discute em “Os três ensaios”, é desencadeada pela puberdade, momento em que o indivíduo é levado a interagir com o corpo do Outro, mantendo a satisfação autoerótica⁵, mas desenvolvendo uma nova dimensão da sexualidade. Segundo, a distinção entre os sexos, onde a puberdade marca uma ruptura sexual, servindo como ponto de convergência para a orientação sexual do indivíduo, tornando a adolescência uma fase crucial no desenvolvimento da sexualidade. Terceiro, a antecipação da posição adulta na criança, onde ocorre uma imiscuição⁶ do adulto na criança sem momentos definidos, e o período da puberdade é caracterizado pela reconfiguração do narcisismo.

Lacan (1959) introduz o conceito de laço social na psicanálise, referindo-se às relações e vínculos que um indivíduo estabelece ao longo da vida, os quais influenciam sua integração na sociedade. Esses laços envolvem relações familiares, amizades, relações amorosas e interações sociais mais amplas, ressaltando a importância da linguagem e da estrutura simbólica, mediadas pelo simbólico, o imaginário e o real⁷. O laço social é fundamental para o desenvolvimento da identidade do sujeito e sua inserção na comunidade.

⁵ Para Roudinesco e Plon (1998), a satisfação autoerótica na adolescência é o prazer que o adolescente sente ao estimular seu próprio corpo. Essa forma de satisfação, que se origina das práticas autoeróticas da infância, é crucial para o desenvolvimento psicosssexual durante a adolescência, quando o indivíduo explora e redefine sua sexualidade de forma independente.

⁶ Roudinesco e Plon (1998) explicam que a imiscuição na adolescência é a inserção precoce de aspectos adultos no comportamento e desenvolvimento do adolescente, antecipando atitudes e expectativas próprias da vida adulta. Esse processo molda a identidade e as relações do adolescente, influenciando o narcisismo e afetando seu desenvolvimento psicossocial, reconfigurando o narcisismo do adolescente.

⁷ Laplanche e Pontalis (2001) afirma que o Imaginário está ligado às imagens, ilusões e enganos, estruturado pelo estágio do espelho, onde a criança constrói seu Eu através da identificação com a imagem refletida. O Simbólico refere-se à linguagem e às leis sociais, mediado pelo Nome-do-Pai, que introduz a criança na linguagem e nas normas culturais. O Real representa o que está além da simbolização e do imaginário, algo que não pode ser plenamente capturado pela linguagem ou pela imagem, permanecendo como um limite, uma ausência que molda o desejo.

4 ASPECTOS HISTÓRICOS NA CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Os abrigos e unidades de acolhimento para crianças e adolescentes estão presentes na história do Brasil desde meados do século XVI. Para compreender essa evolução requer análise do percurso político e histórico dos direitos das crianças e adolescentes, desde as primeiras práticas de institucionalização no Brasil, visto que essa trajetória se transforma em paralelo com o cenário social e estrutural que lhe acompanha (Estevan; Baltor; Da Silva, 2020). Posto isto, Silva (1997), identifica cinco períodos históricos na assistência à infância e juventude no Brasil, associados a diferentes enfoques políticos, científicos e filosóficos: Filantrópico (1500-1874), Filantrópico-Higienista (1874-1922), Assistencial(1924-1964), Institucional Pós-64 (1964-1990) e Desinstitucionalização (1990),estabeleceram alguns parâmetros para o tratamento e assistência à infância e à juventude.

Baptista (2002) explica que, durante o Brasil Colônia (séculos XVI a XVIII), a sociedade era marcada por relações desiguais de dominação. Os jesuítas, trazidos pelos portugueses para facilitar a colonização, fundaram as “*Casas dos Muchachos*”. As instituições funcionavam a partir de dois modelos: como escolas para indígenas e filhos de pessoas escravizadas, que eram catequizadas, por meio de um modelo disciplinar ríspido, e como casas de longa permanência para órfãos portugueses rejeitados (Baptista, 2006)). Segundo Silva (2010), no período colonial, a violência contra crianças e adolescentes era comum, mas apenas o abandono recebia atenção do Estado. Assim, as demais violações não recebiam nenhum tipo de atenção do Estado.

Nesse sentido, foi ainda no Brasil Colonial que surgiu a assistência filantrópica ao público infantojuvenil em situação de pobreza, com a criação da Roda dos Expostos⁸ (Gonçalves, 1987). Este mecanismo, originário da Itália, se expandiu pela Europa e chegou ao Brasil por volta de 1726, sendo inicialmente implantado em Salvador, Rio de Janeiro e Recife (Silva, 2010). Moruzzi e Tebet (2008) descrevem que a Roda dos Expostos permitia o anonimato ao abandonar bebês, funcionando por meio de um dispositivo giratório. A instituição foi posteriormente chamada de Casas dos Expostos ou Casa das Rodas. Assim, o bebê era colocado dentro da caixa, a roda girava 180°, e apertar a campainha, do outro lado

⁸ A Roda dos Expostos também era conhecida como Roda dos Excluídos, ou ainda, Roda dos Enjeitados, onde o instrumento cilíndrico, com uma divisória no meio, ficava no muro ou na janela da instituição (Marcílio, 1998).

ficava o funcionário para receber a criança abandonada, onde nenhuma das identidades era revelada.

De acordo com Viegas (2007), os bebês rejeitados eram inicialmente cuidados por amas-de-leite externas e, aos sete anos, retornavam para a Casa dos Expostos, que buscava colocá-los em famílias ou outras formas para serem criadas. Nessa época, essa era a única instituição de assistência à criança abandonada no país, que foi extinta, após séculos de funcionamento, devido às denúncias relacionadas à higienização das amas de leite, que afetavam a saúde dos pequenos (Carneiro; Dutra, 2019). É importante mencionar que, antes da existência da Roda dos Expostos, essas crianças eram sujeitas a diversos perigos, onde o índice de mortalidade infanto-juvenil era maior, já que eram abandonadas nas ruas e entregues nas casas de desconhecidos, tendo poucas chances de sobrevivência (De Almeida, 2013).

Segundo Arantes (2009), após a Lei do Ventre Livre em 1871, quando a população que foi escravizada conquistou a abolição da escravatura, tendo, portanto, sua condição de liberdade para serem pais e filhos de famílias. É neste momento, que as crianças e adolescentes, majoritariamente, que tinham uma classe socioeconômica desfavorecida, passaram a serem vistas frequentemente pela rua, brincando, trabalhando, mendigando, cometendo pequenos furtos, passando a serem identificados como menores abandonados material e moralmente. Neste vértice, o Estado não oferecia assistência, considerada insignificante.

De Almeida (2013), aponta que a miséria era a principal razão para a institucionalização de crianças e adolescentes, cujos cuidados eram responsabilidade das instituições religiosas, como as Santas Casas de Misericórdia até a década de 1950. Bleger (1995, p. 94) utiliza o termo instituição para se referir a “um conjunto de normas, padrões e atividades agrupadas em torno de valores e funções sociais”, destacando que a instituição “[...] também se define como organização, no sentido de uma distribuição hierárquica de funções que se realizam geralmente dentro de um edifício, área ou espaço delimitado [...]”.

Com a Proclamação da República em 1889, o Estado ganhou mais autonomia e começaram os debates sobre políticas para a infância e juventude, levando à criação de políticas institucionais (Assis; De Souza; Diniz, 2018). No entanto, alguns modelos de acolhimento institucional que eram ofertados para o público infanto juvenil, ainda possuíam caráter caritativo e filantrópico. Assim, o primeiro de natureza religiosa e asilar, focado na “salvação das almas”. O segundo, apoiava a assistência estatal, pontuando os “desvios” mediante um modelo preconceituoso, considerando crianças e adolescentes vulnerabilizados

como deficientes, anormais ou delinquentes, trazendo à ideia de uma família desestruturada, carente, que as crianças/adolescentes possuíam uma conduta antissocial, desviada e infratora.

Em 1923, foi criado o primeiro Juizado de Menores, que objetivava o controle da população infanto-juvenil. Em 1924, o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores, resultando no primeiro Código de Menores em 1927, focado em jovens delinquentes, órfãos ou abandonados (Da Costa *et al.*, 2012). Assim, o Estado adotou um caráter punitivo nas políticas estatais (Nicodemos, 2006). A partir de 1930, surgiram as primeiras instituições para proteção e confinamento de crianças e adolescentes, culminando na criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em 1941, no Rio de Janeiro. Em 1964, o SAM foi transformado na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM) (Silva, 1997).

Goffman (1974), em sua obra: “Manicômios, prisões e conventos”, aborda as instituições de abrigo, prisões, manicômios e conventos dentro do conceito de “instituições totais”. Ele define essas instituições como locais de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos, em situações semelhantes, vivem separados da sociedade por períodos consideráveis, levando uma vida fechada e formalmente administrada. Goffman argumenta que essas instituições exercem um controle rigoroso sobre todos os aspectos da vida dos internos, incluindo suas atividades diárias, interações sociais e identidade pessoal, resultando em uma conformidade forçada e uma perda significativa de autonomia individual.

Em “Vigiar e Punir”, Foucault (1975/2010) descreve essas práticas como mecanismos disciplinares, destacando que, na interface com a produção de conhecimentos, estamos lidando com uma economia de poder. Nessa obra, Foucault analisa os sistemas penitenciários e como eles se tornaram locais ideais para a disciplinarização dos corpos, investigação que pode ser estendida a vários outros espaços modernos, como escolas, hospitais, fábricas, bem como quaisquer outras instituições. Assim, nessas instituições, a ideia de um sujeito obediente é criada por um poder que se manifesta na sutileza dos *experts*.

De acordo com Luvizaro e Galheigo (2011), durante o período ditatorial, a institucionalização de crianças e adolescentes, majoritariamente da classe socioeconômica menos favorecida, foi intensificada e disseminada nacionalmente por meio da criação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) e do 2º Código de Menores em 1979. Tais fatores aumentaram o processo de intervenção pelo viés autoritário do Estado, além do desrespeito aos direitos humanos (Galheigo, 1996). Por conseguinte, essas instituições traziam um modelo excludente, marginalizante e segregador, que era motivo de diversas

notícias de violência, fugas e até mesmo morte nas chamadas unidades “de recuperação do menor” (Assis; Diniz; Souza, 2018).

A partir da década de 1980, surgiram movimentos sociais visando incluir os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal. Na Constituinte de 1987, destacou-se a necessidade de instituições que protegessem esses grupos. A participação popular foi crucial para garantir esses direitos, culminando na Constituição de 1988 (Rizzini, 2009). Assim, foi assegurado nos artigos 227 e 228, a prioridade absoluta nos direitos de crianças e adolescentes, devendo ao Estado, à família e à sociedade proteger este grupo de qualquer tipo de violação de direitos, que corroborou num novo paradigma jurídico, político e administrativo. Isto culminou na criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004 (Rodrigues, 2016).

Assim, novas concepções foram possíveis, O Brasil se alinhou à Convenção das Nações Unidas por meio da Declaração Universal dos Direitos da Criança, adotada em 1989, extinguindo o Código de Menores de 1979 e estabelecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, como lei primordial na proteção integral desse público (Arantes, 2009). Nicodemos (2006) destaca que o ECA, Lei nº 8.069 de 1990, permanece como a principal política pública para crianças e adolescentes. Faleiros (2009) explica que o ECA detalha diretrizes gerais e direitos específicos, promovendo a Proteção Integral e implementando políticas através de Conselhos estaduais e municipais, como os Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares. Destaca-se a Proteção Integral, presente no artigo 1.º, que reconhece as crianças e adolescentes como cidadãos.

Ademais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxe mudanças significativas na regulamentação dos serviços de acolhimento institucional, estabelecendo diretrizes para seu funcionamento (De Almeida, 2013). A Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, definiu parâmetros e princípios para esses serviços, promovendo o fortalecimento e a inclusão social das famílias por meio de políticas públicas. O que se torna crucial para promover o fortalecimento, emancipação e inclusão social das famílias por meio do acesso às políticas públicas, incentivando o protagonismo em ações sociais (CNAS; CONANDA, 2009).

Prado (2019) destaca um documento essencial para a dinâmica de funcionamento nos serviços de acolhimento institucional: o Plano Individual de Atendimento (PIA) - desenvolvidos para um planejamento específico para cada criança ou adolescente. O documento visa o planejamento de aspectos como visitas, restabelecimento de vínculos familiares, inclusão em programas e participação em espaços relacionados às políticas

públicas, entre outros. Logo, as unidades de acolhimento, enquanto instituição encarregada de crianças vítimas, majoritariamente de violência, tem como missão priorizá-las.

As unidades de acolhimento institucional devem priorizar os processos de ressocialização de crianças e adolescentes vítimas de violência no contexto familiar. As orientações técnicas destacam que é fundamental fortalecer os vínculos afetivos e proporcionar um ambiente seguro e acolhedor que promova o desenvolvimento saudável e a reintegração social dos adolescentes, respeitando suas individualidades e necessidades específicas. Neste aspecto, é crucial que suas unidades estejam situadas em bairros residenciais, proporcionando acesso aos serviços externos, como educação regular, formação profissional, atividades culturais e de lazer. Isso possibilita a formação de vínculos sociais que se estendem para além dos limites da instituição (Assis; Diniz; Souza, 2018).

5 O PODER FAMILIAR E OS PROCESSOS DESTITUIÇÃO E SUSPENSÃO

Embora o conceito de família seja fluido ao longo do tempo, pode ser compreendido como resultante não apenas da união de sexos opostos de forma naturalista, mas também influenciado por aspectos sociais, culturais e geográficos. Com a ajuda da Psicanálise, da Psiquiatria, da Pedagogia e da Psicologia, a família tornou-se então objeto de uma política de controle, centrada na prevenção das anomalias sociais e psíquicas: psicoses, obstáculos, delinquência, desvios sexuais etc. É importante entender algumas importantes mudanças históricas que ocorrem na constituição familiar, considerando o rompimento de membros de outras famílias e a presença de diversas influências como linguagens, símbolos, representações e ideologias (Roudinesco, 2009).

A partir da década de 1960, ocorreram avanços na organização familiar, com a participação do Estado e organizações privadas na educação dos filhos, a desvinculação do status social do casamento, e a transferência do papel econômico da família para o mercado de trabalho. Com a entrada da mulher no mercado laboral, sua dependência econômica do cônjuge diminuiu. Essas mudanças ideológicas promoveram uma renovação interna na família, permitindo que as funções familiares se desvinculassem do gênero, avançando em direção à igualdade de deveres e poderes entre os membros (Samara, 2002).

Assim, a família é reconhecida como uma importante instância de socialização primária, influenciando o desenvolvimento do caráter e dos vínculos sociais (Da Silva *et al.*, 2019). Prado (1985), concorda com essa perspectiva, enfatizando o papel singular da família na apresentação do mundo aos seus membros. Considerada como o primeiro vínculo do

indivíduo com a sociedade, a família se desenvolve com conjuntos de normas e padrões morais e comportamentais que são transmitidos de forma intergeracional. Nesse sentido, os pais desempenham o papel de ensinar e/ou mediar as regras sociais aos filhos, buscando garantir a ordem e o respeito por parte deles, e são influenciados pelas mudanças sociais, buscando a evolução e preservação da família da qual fazem parte.

Desse modo, compreende-se que a influência da família no desenvolvimento do indivíduo leva-o a introjetar suas normas, ideias e comportamentos de maneira tanto intencional quanto não impositiva. Assim, a formação e desenvolvimento do indivíduo ocorrem de diversas maneiras, influenciadas pelas relações vivenciadas na família (Costa; Laport, 2019). Sandri (2014), observa que a família brasileira passou a ajustar-se aos novos contextos surgidos em decorrência das mudanças históricas, sociais e culturais, gradativamente abandonando seu caráter canonista e dogmático. Segundo Viana (2019), esse processo de mudança foi fundamentado nos princípios democráticos, igualitários e na valorização da dignidade humana, com destaque para a afetividade.

Entretanto, na história social das famílias, foram observadas dificuldades em proteger e educar os filhos, que ao longo do tempo foram interpretadas pelo Estado como incompetência. Em resposta a isso, o Poder Público implementou políticas autoritárias de controle e contenção social, especialmente direcionadas à população em situação de pobreza, negligenciando a promoção de vínculos familiares (Ferronato, 2015). Para Prado (1985), os interesses socioeconômicos e os preceitos de uma sociedade têm impacto na modificação das estruturas familiares, determinando as expectativas em relação aos seus membros e as funções que serão desempenhadas. Na década de 1970, com a eliminação da expressão “chefe de família”, a ideia de poder paterno é completamente removida da legislação.

Neste vértice, tanto o pai quanto a mãe compartilham o poder sobre o filho, e as antigas prerrogativas do pai, que já haviam sido significativamente enfraquecidas nas décadas anteriores, praticamente desaparecem. A família então adota uma abordagem “co-parental”, e o termo “co-parentalidade” passa a ser utilizado, que reflete uma dinâmica familiar mais colaborativa e compartilhada entre os pais na criação dos filhos. Roudinesco analisa como essa nova forma de parentalidade reflete as transformações sociais e culturais na sociedade contemporânea, destacando questões como a divisão igualitária de responsabilidades parentais, a flexibilidade de papéis entre os pais e a busca por uma parentalidade mais democrática e participativa (Roudinesco, 2003).

Roudinesco (2003) analisa ainda, o impacto da desordem familiar na saúde emocional, especialmente na adolescência, e explorando o poder familiar e a instabilidade

econômica nas relações familiares. A autora também discute as implicações da ruptura dos laços familiares na identidade individual, e a importância da reinvenção da família no futuro, diante da crise do princípio da autoridade no Ocidente, com base em conceitos de psicanalistas como Lacan, Melanie Klein e Winnicott.

Até 2002, o conceito de poder familiar, que define os direitos e responsabilidades das famílias em relação aos membros menores de 18 anos, era constitucionalmente atribuído ao pai, denominado “pátrio poder”, conforme estabelecido pelo Código Civil de 1916, influenciado pelas ideologias patriarcais. Com a revogação deste código pela Lei nº 10.406, de 10.1.2002, a responsabilidade pela criação e educação dos filhos passou a ser compartilhada pela família, conforme previsto no Art. 1.634, que atribui diversas responsabilidades aos responsáveis legais (Brasil, 2002).

Dias *et al.* (2010), destacam que, apesar das mudanças legislativas, ainda há um foco na autoridade dos pais em detrimento da responsabilidade e obrigação de proteção, o que legitima uma autoridade parental. A lei que define o poder familiar permanece até a maioridade, questionando-se se esse poder realmente se extingue aos 18 anos. Como instituição social, a família molda as relações de poder, exigindo obediência legal e influenciando a formação da subjetividade. Assim, as relações familiares envolvem exercícios de poder unilateral dos pais sobre os filhos, manifestando-se através de forças e resistências que moldam modos de subjetivação, como aponta Feder (2018).

Foucault (2010), aborda o poder disciplinar, que se manifesta por meio de mecanismos e técnicas que produzem saberes, estabelecem normas e regulam comportamentos. Esse poder é produtivo, pois gera conhecimentos que reforçam o próprio poder. Assim, saber e poder estão interligados, não há relação de poder sem um campo de saber correlativo, e vice-versa. Instituições e organizações, incluindo a família e o Estado, exercem controle constante por meio de procedimentos que articulam saber e poder, criando mecanismos de vigilância que moldam e regulam as condutas dos sujeitos.

A suspensão do poder familiar é inicialmente temporária, visando superar o motivo da intervenção estatal em prol da proteção da criança ou adolescente. A perda do poder familiar ocorre quando os pais perdem este poder de forma definitiva (De Macedo; Cela, 2015). Esses processos podem ser iniciados pelo Ministério Público ou qualquer setor de proteção à criança e ao adolescente e devem ser temporários (Brasil, 2002). Gomide *et al.* (2003), traz que a extinção do poder familiar é uma medida grave e definitiva. Embora os pais possam recuperar seus direitos e deveres, exige-se uma prova significativa para reverter a decisão judicial.

O artigo 1.635 do Código Civil brasileiro destaca os motivos pelos quais o poder familiar pode ser suspenso, incluindo morte dos pais ou filho, emancipação, maioridade, adoção e decisão judicial. Além disso, nos artigos 1.637/1.638, menciona-se que o poder familiar pode ser extinto se um dos genitores abusar da autoridade, negligenciar os deveres, abandonar a criança (Brasil, 2002). Ferrão (2000, *apud* Gomide *et al.*, 2003), traz a negligência como uma forma de abandono, na qual o cuidador está presente, mas não oferece o afeto e os cuidados necessários, é uma forma de maus-tratos por omissão. A negligência física envolve a falta de cuidados médicos, alimentação, vestuário e supervisão adequada; a negligência emocional, que se refere à privação de afeto e apoio emocional; e negligência educacional, caracterizada pela ausência de educação básica, ausência escolar e falta de acompanhamento das atividades escolares.

A questão do abandono, da negligência, da vivência de rua, da institucionalização, da fuga, da reincidência e outras mazelas sociais que acontecem no núcleo familiar são engendradas pelo sistema vigente, que é contraditório e excludente. As famílias não são por si sós culpadas por tal situação, encontram-se também abandonadas em todos os patamares da vida em sociedade (Pinto, 2004, p. 167).

Guimarães (1999 *apud* Gomide *et al.*, 2003), afirmam que, diante do estado de abandono e dos atos contrários à moral praticados pela apelante na presença das menores, a destituição do pátrio poder é um imperativo legal. O objetivo primordial é a inserção da criança/adolescente institucionalizada na família, mantendo os laços familiares. No entanto, quando os genitores não conseguem exercer os direitos e deveres, a solução drástica da cassação ou suspensão desse poder não deve ser retardada, pois proteger os direitos dos pais pode prejudicar irreversivelmente a criança ou adolescente, atrasando seu direito de ser criado e educado em uma família substituta e garantindo sua convivência familiar e comunitária.

Pereira (2000) destaca que no Brasil, o princípio do “melhor interesse da criança” foi incorporado ao sistema jurídico, guiando modificações nas legislações internas sobre proteção da infância em toda a América Latina, priorizando as necessidades da criança sobre as dos pais. O artigo 23 do ECA (Brasil, 1990) salienta que a condição socioeconômica dos genitores não deve ser motivo para perda ou suspensão do poder familiar. A Lei n.º 12.010/2009 - Lei da Adoção (Brasil, 2009) alterou o artigo 161, § 1º do ECA (Brasil, 1990).

De acordo com as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009, p. 18), os serviços devem focar na minimização dos prejuízos no desenvolvimento infantil e juvenil. Nascimento (2012), traz que o acolhimento institucional baseia-se na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, quando os responsáveis não

conseguem atender às necessidades dos filhos, especialmente em contextos neoliberais. Nesse cenário, discursos e práticas tendem a individualizar questões sociais e negligenciar o papel do Estado em fornecer serviços básicos, resultando na culpabilização das famílias pobres que não seguem os padrões socialmente impostos.

Ressalta-se que o acolhimento institucional na infância e na adolescência, se faz presente na realidade de muitas famílias brasileiras também, independentemente das condições socioeconômicas, pois não é somente por isso que a institucionalização acontece (Martins, 2019). As discussões sobre a infância e adolescência por meio do desenvolvimento de políticas públicas, oferecem uma significativa oportunidade para analisar os conflitos presentes neste segmento. É viável contemplar os diversos fatores sociais que estão envolvidos neste processo, como as injustiças sociais, que vão desde as desigualdades socioeconômicas até as escolhas da sociedade em si (Rodrigues, 2016).

Conforme Oriente e Sousa (2005) a infância e adolescência antes do ECA, considerava este grupo, como sujeitos incapazes, cujas necessidades deveriam ser articuladas pela voz de um adulto. Essa invisibilidade permeou várias instituições, desde a família, escola até os serviços de acolhimento. Assim como as políticas públicas incitam a refletir sobre as formas de ser criança e adolescente atualmente e a reconhecer o grande número deste público em situação de acolhimento institucional, a partir desta realidade questiona-se como se dá a transição da adolescência dentro do processo de institucionalização. Isso ocorre, especialmente, pelos dados que indicam que, até os dias atuais, a juventude institucionalizada ainda é vista como problemática, marginal, carente e abandonada (Arpini; Quintana, 2003).

Outrossim, Moscon *et al.* (2023), retratam num estudo recente com a prática de atendimentos de adolescentes em situação de acolhimento institucional, que este público possui características que os distanciam da experiência de adolescência típica das classes média-alta, frequentemente retratada na Psicologia como universal. Por isso, suas questões não se esgotam nas caracterizações esperadas, e surgem nos atendimentos vivências de violência, vulnerabilidade e repetidos abandonos.

Corroborando com esta perspectiva, Franceschini e Weschenfelder (2021), através de uma pesquisa em instituições de acolhimento, os autores observaram que frequentemente a identidade do indivíduo é reduzida ao motivo de seu acolhimento. Por exemplo, se uma criança sofreu violência, ela é rotulada pela experiência sofrida, sendo conhecida como “aquela criança que apanhava”. Por outro lado, no contexto familiar, a família responsável pelo afastamento também é estigmatizada, sendo vista como uma “família violenta” (Franceschini; Weschenfelder, 2021).

Posto isto, Winnicott (1984/2002) abordou extensivamente o impacto da separação dos pais nas crianças, especialmente no contexto de sua prática durante a Segunda Guerra Mundial, quando muitas crianças foram evacuadas e separadas de suas famílias. Assim, o autor observou que as adaptações mais difíceis eram decorrentes de maus vínculos anteriores, pois as crianças não tinham motivos para acreditar que encontrariam algo de bom no alojamento, uma vez que nunca haviam tido essa experiência. Ele percebeu que, com o tempo e em um ambiente facilitador, as primeiras reações negativas das crianças privadas de um vínculo suficientemente bom tendiam a se adaptar. No entanto, as crianças que sofreram de privação enfrentavam maior dificuldade em se organizar psiquicamente, necessitando de um formato de alojamento diferente.

Retomando as contribuições de Moscon *et al.* (2023), entre as diversas experiências, alguns adolescentes passam muitos anos em unidades de acolhimento institucional, outros apenas brevemente, e alguns estão próximos dos 18 anos, quando são desligados compulsoriamente dessas instituições. Os vínculos familiares variam, sendo alguns mais fortes, mas para outros são quase inexistentes; alguns adolescentes viveram em situação de rua, cumpriram ou cumprem medidas socioeducativas, e estiveram ou estão envolvidos com o tráfico de drogas, necessitando de proteção estatal devido a ameaças de morte.

Para Lacadée (2011 *apud* Chicralla; Caldas, 2019) a palavra “abrigo”, desperta para um acolhimento que deve ser ofertado não somente via institucional, mas sim através da escuta. O abrigo, por excelência, que deve ser ofertado aos adolescentes sob medida protetiva do Estado, é o acolhimento ao singular. O aparato institucional, sem a possibilidade de reconhecer cada caso, acarreta no processo de segregação do sujeito, pois reduz a demanda do sujeito às necessidades. O objetivo de garantir direitos aos adolescentes só pode ser validado se tomarmos a legislação em articulação com cada caso. Se o acompanhamento é generalista, identifica-se que, de algum modo, há um retorno à prática do modelo dos internatos-prisão, embora sob um suposto viés de humanização e garantia de direitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma revisão minuciosa das fontes selecionadas, ficou evidente a complexidade deste estudo. A análise evidenciou a complexidade dos processos de luto, apego e separação que os adolescentes enfrentam, bem como a importância da função materna e das figuras de apego na constituição do ser humano. Em contrapartida, foi discutido sobre os processos de suspensão e destituição do poder familiar, explorando a construção histórica e social da

família, o papel do Estado na educação de crianças e adolescentes e as situações que levam à perda do poder familiar. A discussão incluiu a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na proteção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento e os desafios sociais e econômicos que influenciam esses contextos.

Os resultados desta pesquisa apontam para a profunda influência que o acolhimento institucional exerce sobre a construção da identidade dos adolescentes. A interrupção dos vínculos familiares e a inserção em um novo ambiente de cuidado podem gerar sentimentos de desamparo e trauma, afetando significativamente o desenvolvimento psicoemocional. A análise psicanalítica revelou a importância dos processos de luto e separação na adolescência, destacando a necessidade de intervenções que reconheçam e tratem os impactos psíquicos. As políticas públicas e práticas institucionais são fatores mitigadores e devem ser orientadas para oferecer um ambiente acolhedor e seguro, que favoreça a ressignificação das experiências traumáticas para a construção da identidade.

Do ponto de vista prático, os *insights* obtidos podem orientar melhorias nos serviços de acolhimento, promovendo práticas que considerem as necessidades emocionais e psíquicas dos adolescentes. A pesquisa contribui para o avanço do conhecimento na intersecção entre Psicologia Social, Psicologia Jurídica e Psicanálise. Recomenda-se que futuras pesquisas continuem a explorar os impactos do acolhimento institucional na formação da identidade, incluindo estudos longitudinais que acompanhem o desenvolvimento dos adolescentes ao longo do tempo. Mediante uma abordagem teórica robusta e uma análise detalhada, este estudo busca contribuir para a melhoria e formulação das políticas e práticas dos serviços de acolhimento, bem como para a conscientização da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. O adolescente e a liberdade. *In*: ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: Um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ALBERTI, S. **O adolescente e o Outro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ARANTES, E. M. D. M. Rostos de crianças no Brasil: A criminalização da criança pobre. *In*: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ARPINI, D. M.; QUINTANA, A. M. Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 20, p. 27-36, 2003.

ASSIS, M. O.; DE SOUZA, M. F. S.; DINIZ, I. A. Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 261-285, 2018.

AYUB, R. C. P.; MACEDO, M. M. K. A clínica psicanalítica com adolescentes: especificidades de um encontro analítico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, p. 582-601, 2011.

BAPTISTA, M. V.; ACOSTA, A. R.; LANGONE, L. M. **Crianças e adolescentes em situação de risco na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

BAPTISTA, M. V. *et al.* **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.

BIRMAN, J. A dádiva e o Outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, 9(2), 9-30, 1999.

BLEGER, J. **Temas de psicologia: entrevistas e grupos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BOCK, A. M. B. A Psicanálise. *In*: BOCK, A. M. B. **Psicologias**. 13ª edição. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOWLBY, J. **Apego**. Vol. 2 da Trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 1984a.

BOWLBY, J. **Separação**. Vol. 2 da Trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 1984b.

BRASIL. **Lei n.º 8069, de 13 julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,e%20dezoito%20anos%20de%20idade. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil**. Brasília, DF: Casa Civil, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm. Acesso em: 10 mar. 2024

CARNEIRO, H. S.; DUTRA, R. D. M. M. Acolhimento Institucional: Um breve histórico da assistência à criança em São Luís-MA. **Série Educar-Volume 8 Educação Infantil**, p. 7, 2019.

CNAS; CONANDA. **Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília-DF, 2009.

CHECCHINATO, D. **Psicanálise de pais: crianças, sintoma dos pais**. Rio de Janeiro: **Cia de Freud**, 2007.

CHICRALLA, A. C.; CALDAS, H. Adolescência y política pública: la práctica psicoanalítica en amparo institucional. **Affectio Societatis**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 11–35, 2019. DOI: 10.17533/udea.affs.v16n31a01. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/affectiosocietatis/article/view/336725>. Acesso em: 8 jun. 2024.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2018.

CORSO, D. L.; CORSO, M. **A psicanálise na terra do nunca: ensaios sobre a fantasia**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

COSTA, K.A.; LAPORT, T.J. Família e sociedade: Uma análise sobre o processo do desenvolvimento humano. **Revista Mosaico**, 2019. Disponível em: <http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1784/1161> . Acesso em: 15 nov. 2023.

DA COSTA, F. M. *et al.* **A construção social e jurídica do menor à proteção integral da criança e do adolescente no Brasil: aproximações com a realidade da Guiné-Bissau**. 2012.

DA SILVA, C. A. *et al.* O conceito de família sob as novas perspectivas sociais. **Revista Científica UNAR**, v. 19, n. 2, p. 126-141, 2019.

DE ALMEIDA, T. L. História da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. **Revista Santa Rita**, n. 15, Junho, 2013. Disponível em: <https://unisan-edu.com/wp-content/uploads/2019/05/revistasrita-15.pdf#page=20>. Acesso em: 15 out. 2023.

DE MACEDO, N. A. W. P.; CELA, V. V. B. Direito da criança e do adolescente: uma análise sócio-jurídica da destituição do poder familiar, na comarca de Natal/RN. **Revista de estudos jurídicos do UNI-RN**, n. 1, p. 195, 2015. Disponível em: <http://revistas.unim.edu.br/index.php/revistajuridica/article/download/563/417>. Acesso em: 22 mar. 2024.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, M. B. *et al.* **Manual de direito das famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

ERIKSON, E. H. **Identidade: juventude e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ESTEVAN, C. M.; BALTOR, L. V.; DA SILVA, R. B. Serviços de Acolhimento Institucional infanto-juvenil: desafios históricos e possibilidades de atuação do psicólogo. **Revista Mosaico**, v. 11, n. 1, p. 54-62, 2020. Disponível em:

<https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2274>. Acesso em: 31 de out. 2023

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. *In*: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 33-97, 2009.

FEDER, E. K. Poder/saber. *In*: TAYLOR, D. (Org.). **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 76-93.

FERREIRA, L.; BITTENCOURT, S. Direito à convivência familiar de crianças abrigadas: o papel do Ministério Público. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 23, p. 139-154, 2009.

FERRONATO, V. F. O.. A Importância da Família na Formação Social do Adolescente. **Revista de Educação**, v. 18, n. 24, 2015.

FOUCAULT, M. (1975) **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes; 38 ed, 2010.

FRANCESCHINI, E.; WESCHENFELDER, V. I. Como vaga-lumes na escuridão: histórias de adolescentes em instituição de acolhimento. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 33, p. 108-116, 2021.

FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Obras completas, v. 6, p. 13-172. Companhia das Letras. 2016.

FREUD, S. (1914-1916). **Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros Textos**. Tradução de Paulo César de Souza. Obras Completas, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1916-1917) Conferências introdutórias à Psicanálise. *In*: FREUD, S. **Considerações introdutórias à Psicanálise**, v.13. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GALHEIGO, S. M. **Juvenile policy-making, social control and the state in Brazil: a study of laws and policies from 1964 to 1990**. Tese de Doutorado. University of Sussex. 1996.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOMIDE, P. I. C.; GUIMARÃES, A. M. D. A.; MEYER, P. Análise de um caso de extinção do poder familiar. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, p. 42-47, 2003.

GONÇALVES, M. D. A. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambigüidade médico-higienista. *In*: ALMEIDA, A. (Org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 37-52, 1987.

HORNSTEIN, L. **As depressões: afetos e humores do viver**. São Paulo: Via Littera - Centro de Estudos Psicanalíticos, 2008.

JACINTO, P. M. D. S. **Adolescências e acolhimento institucional**: a construção narrativa de identidade diante da possibilidade de desligamento compulsório por maioridade. 2019. Disponível: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28463>. Acesso em: 23 mar. 2024.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**. Tradução, Ruy Jungmann; consultoria Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACAN, J. (1964). **O seminário, Livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. **O Seminário, Livro 7**: A Ética da Psicanálise. Jorge Zahar, 1959.

LACAN, J. **Las formaciones del inconsciente**. Buenos Aires: Nueva Vision. 1963.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEITE, S. H. M. (org.). **Pesquisa e gestão de políticas governamentais dirigidas à família, à criança e ao adolescente**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2004.

LERNER, H. Adolescencia, trauma, identidad. *In*: ROTHER, M. C. **Adolescencias**: trayectorias turbulentas. Buenos Aires: Paidós, p. 27-50, 2006.

LIMA, L. A. D. **Medida de proteção e acolhimento institucional para crianças e adolescentes de um município do interior paulista**: uma perspectiva histórica. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f523d65b-ffdb-446f-acc7-51e689568f44/content> . Acesso em: 20 abr. 2024.

LUVIZARO, N. A.; GALHEIGO, S. M. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 191-199, 2011.

MANNONI, O. A adolescência é analisável? (Telma Queiroz, trad.) *In*: CORREA, A. I. (Org.) **Mais tarde é agora!** Ensaio sobre a adolescência. Salvador: Agalma, 1996.

MARCÍLIO, M. L. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. **Revista Usp**, n. 37, p. 46-57, 1998.

MARTINS, R. D. M. **Vivências de crianças e adolescentes destituídos do poder familiar em situação de acolhimento institucional**. Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2019. Disponível em: https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f318f46dbc4d711ecbe6e5141d3afd01c/TD19ACI076_2014.pdf. Acesso em: 02 abr. 2024.

MILLER, J. A. Em direção à adolescência 2015. Minas com Lacan. 2015. Disponível em: Disponível em: http://www.minascomlacan.com.br/blog/em_direcao_a_adolescencia/. Acesso em: 27 abr. 2024.

MORUZZI, A. B.; TEBET, G. Construindo infâncias. **Revista sociologia, ciência e vida**. São Paulo: Escala, 2008.

MOSCON, B.; CHAMUSCA, C.; MOREIRA, Y.; DIAS, L.; FLORES, L.; AIRES, S. Desamparo, clínica e política: prática psicanalítica com adolescentes em acolhimento institucional. **Analytica: Revista de Psicanálise**, [S. l.], v. 12, n. 22, 2023. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/5182> . Acesso em: 2 jun. 2024.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 731-747, 2011.

NASCIMENTO, M. L. D. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 39-44, 2012.

NASIO, J. D. **O prazer de ler Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

NICODEMOS, C. Juventude e outras minorias no debate da Segurança Pública. **Cadernos temáticos da CONSEG - Coordenação Geral da 1º Conferência Nacional de Segurança Pública**. Ministério da Justiça, Brasília, ano 1, n. 07, p. 32-38, 2009.

ORIONTE, I.; SOUSA, S. M. G. O significado do abandono para crianças institucionalizadas. **Psicologia em revista**, v. 11, n. 17, p. 29-42, 2005.

PAPALIA, D.E.; MARTORELL, G. **Desenvolvimento Humano-14**. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 2021.

PEDROSSIAN, D. R. S. O mecanismo da identificação: uma análise a partir da teoria freudiana e da teoria crítica da sociedade. **Revista Inter Ação**, [s.l.], v. 33, n. 2, p.417-442, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/5275>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

PEREIRA, T. D. S. O princípio do “melhor interesse da criança”: da teoria à prática. **Revista Brasileira de Direito de Família**, v. 6, p. 1-6, 2000.

PINTO, R. C. M. A reincidência no Abrigo Infantil Euclides Coelho Filho: Configuração do Problema e Estratégia de intervenção: *In*: MONTEIRO, J. C. M. L.; MORAIS, S. H. M. (orgs). **Pesquisa e Gestão de Políticas Governamentais Dirigidas à Família, à Criança e ao Adolescente**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém/Pa, 2004.

PRADO; D. **O que é família**. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, 1985.

PRADO, M. S. P. D. **A adoção a partir da proteção social especial de alta complexidade do SUAS: potencialidades e desafios**. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2019. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/7791>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RIZZINI, I. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. *In*: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (orgs.). **A arte de governar crianças: história das**

políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, p. 255-287, 2009.

RODRIGUES, V. O. R. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil: um estudo bibliográfico.** Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167808>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROUDINESCO, E. **A Família em Desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAMARA, E. D. M. O que mudou na família brasileira? Da colônia à atualidade. **Psicologia Usp**, v. 13, p. 27-48, 2002.

SANDRI, J. S. Novas famílias, o estatuto das famílias e o anteprojeto do estatuto da diversidade sexual. **Direito de família**, v. 1, p. 68, 2013.

SILVA, R. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas.** São Paulo: Ática, 1997.

SILVA, V. D. V. **Exploração sexual infanto-juvenil: tentativas de interface com a educação e o trabalho.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/72>. Acesso em: 11 nov. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. D. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

VIANA, A. r. Do conceito de família: Estado x Religião. **Revista In TOTUM - Periódico de Cadernos de Resumos e Anais da Faculdade Unida de Vitória**, v. 6, n. 1, 2019.

VIEGAS, S. S. **A Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos.** Belo Horizonte: PUC MINAS, 2007.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WINNICOTT, D. W. **Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais.** *In: International Journal of Psycho-Analysis*, 34, 89-97. 1956.

WINNICOTT, D. W. (1984). **Privação e Delinquência.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica, clínica—uma abordagem didática: teoria, técnica, clínica—uma abordagem didática.** Porto Alegre: Artmed, 2009.